

7º Exame de Ordem - 1ª fase - 1998

Direito Civil

1. João recebeu, em janeiro de 1979, por doação de seus pais, um lote de terreno onde ergueu sua casa. Por falecimento dos mesmos foi aberto o inventário, já que deixaram bens e herdeiros. Quanto ao bem anteriormente doado a João deve-se proceder:

- (a) Sua sobrepartilha, pois se entende já partilhado ao donatário, devendo constar no inventário por questão de formalidade perante os demais herdeiros;
- (b) Será procedida a colação do mesmo, restituindo-se à massa da herança os bens anteriormente doados, para que haja igualdade na partilha;
- (c) Será obrigatoriamente arrolado quando na hipótese de contestação por outro herdeiro da doação feita;
- (d) Não será arrolado quando não fizer mais parte do patrimônio do donatário.

2. O princípio regulado pelo artigo 132 do CPC: "O juiz, titular ou substituto, que concluir a audiência julgará a lide..." diz respeito ao:

- (a) Princípio da imediatidade, que vincula o juiz da audiência ao subsequente julgamento da mesma;
- (b) Princípio da concentração, face ao liame vinculatário estabelecido pelo próprio ato de realização da audiência;
- (c) Princípio da identidade física do juiz, vez que estará melhor habilitado a proferir a sentença aquele que tomou as provas;
- (d) Princípio da oralidade, que consagra os debates orais em audiência culminando pelo proferimento de sentença no final da audiência.

3. Ocorre a representação processual legal:

- (a) Sempre que aqueles que tem capacidade para ser parte não possuem capacidade processual de estar em juízo;
- (b) Assim é chamado o mandato conferido ao advogado em razão da capacidade postulatória;
- (c) Sempre que no instrumento de mandato houver esse tipo de convenção entre o outorgante e o outorgado;
- (d) Ocorre nos casos dos incapazes sempre que não tenham curador especial.

4. Havendo impedimento comprovado de comparecimento do advogado a audiência, o juiz deverá:

- (a) Designar desde logo um defensor *ad hoc* para prosseguir nos trabalhos;
- (b) Deverá ouvir as partes e testemunhas, adiando somente os debates orais;
- (c) Adiará a audiência na sua totalidade;
- (d) Prosseguir normalmente a audiência sem, no entanto, cominar censura ao advogado.

5. Para que se faça a venda de um bem imóvel de propriedade de um adolescente sob tutela, é necessário haver comprovação de manifesta vantagem e:

- (a) Alvará judicial;
- (b) De que o adolescente tem mais de 16 anos;
- (c) Que haja autorização judicial, devendo a venda ser feita em hasta pública;
- (d) Anuência do tutor judicial em todos os casos.

6. O dano moral:

- (a) Deve ser reparado, independentemente da existência de danos patrimoniais e de previsão legal;
- (b) Só deve ser reparado se tiver reflexos patrimoniais;
- (c) Não deve ser reparado porque não há preço para a dor moral;
- (d) Só deve ser reparado no caso de haver expressa previsão legal.

7. A aquisição da propriedade dos imóveis que integram a herança pelos herdeiros legítimos se dá:

- (a) Quando concluído o inventário;
- (b) Com o registro do formal de partilha nos Cartórios do Registro de Imóveis competentes;
- (c) Com o trânsito em julgado da sentença que homologa a partilha;
- (d) Com a abertura da sucessão, pelo direito hereditário.

8. O filho havido da união entre um homem casado e sua companheira solteira:

- (a) Só poderá ser reconhecido pelo pai após a separação judicial do mesmo;
- (b) Não precisa ser reconhecido pelo pai e pela mãe;
- (c) Não tem direito a alimentos;
- (d) Tem plenos direitos sucessórios.

Direito Penal

9. José da Silva foi condenado em sentença transitada em julgado, a pena de detenção de dois anos, por um delito que lei posterior descriminalizou. Ele poderá se beneficiar desta lei?

- (a) A lei penal é irretroativa;
- (b) Não se admite analogia em direito penal;
- (c) A lei retroage *in bonam partem* para beneficiar o réu.
- (d) Nenhuma das respostas acima.

10. João Santos saiu de casa com o carro sem freio e na estrada imprimiu velocidade excessiva, fez ultrapassagem mal feita e colidiu com outro veículo.

- (a) Cometeu crime culposo por imprudência, negligência e imperícia;
- (b) Cometeu crime doloso;
- (c) Não cometeu nenhum delito;
- (d) Nenhuma das respostas acima.

11. Quando uma situação aparente, justificada pelas circunstâncias, leva o agente a atuar em erro determinado por terceiro, cometendo um delito:

- (a) Não há punição;
- (b) Responde pelo ato o terceiro que determinou o erro;
- (c) Há punição por culpa;
- (d) Nenhuma das respostas acima.

12. São penalmente inimputáveis:

- (a) Os menores de 18 anos;
- (b) Os menores de 16 anos;
- (c) Os doentes mentais e os menores de 18 anos;
- (d) Nenhuma das respostas acima.

13. O representante do Ministério Público denuncia Arnaldo pela prática do delito de furto. Ocorre que, após a realização da instrução criminal e em decorrência da prova contida nos autos do processo, o juiz constata a possibilidade de nova definição jurídica do fato, posto que restou

demonstrado que o acusado não havia subtraído a *res*, mas tinha, precedentemente, sua posse lícita. Após tal constatação, o magistrado profere, de imediato, a decisão definitiva, condenando o acusado pela prática do delito de apropriação indébita. Acrescente-se, outrossim, que ao delito de apropriação indébita é cominada a mesma pena que ao de furto.

Escolha a alternativa correta:

- (a) O juiz não poderia proferir a mencionada sentença sem antes determinar a baixa do processo à defesa;
- (b) O juiz procedeu corretamente ao proferir, de imediato, o decreto condenatório, em face de ser hipótese de *emendatio libelli*;
- (c) O juiz procedeu corretamente ao proferir, de imediato, o decreto condenatório, em face de ser hipótese de *mutatio libelli*;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

14. J. Roque é condenado pela prática do delito de estelionato. Ocorre que durante todo o andamento do processo, não foi possível ao acusado exercer amplamente sua defesa, tendo sido inexistente sua defesa técnica. Pergunta-se: A falta da defesa do acusado constitui:

- (a) Nulidade absoluta, sendo o prejuízo do acusado presumido;
- (b) Nulidade relativa, devendo o prejuízo do acusado ser demonstrado;
- (c) Mera irregularidade;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

15. Pedro Augusto é denunciado pela suposta prática do delito de apropriação indébita. A acusação ministerial estribou-se em peças de informação, não tendo sido realizado o inquérito policial, já que presentes nas mencionadas peças o suporte mínimo probatório necessário ao oferecimento da denúncia.

Escolha a alternativa correta:

- (a) A denúncia foi oferecida corretamente, já que demonstrada pelo promotor a causa provável, por meio das citadas peças de informação;
- (b) O promotor não poderia ter denunciado Pedro, posto ser o inquérito policial imprescindível ao oferecimento da denúncia;
- (c) A denúncia foi oferecida incorretamente, já que o crime acima é de ação penal de iniciativa privada;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

16. O Juiz de Direito do Tribunal do Júri da Comarca de Jundiá julga improcedente a denúncia oferecida pelo representante do Ministério Público, já que inexistente indício suficiente de ter sido o réu autor do delito de homicídio. O Promotor de Justiça, inconformado com a decisão judicial proferida, dela recorre, requerendo ao Tribunal *ad quem* a reforma da sentença.

A decisão proferida pelo referido Juiz de Direito é denominada:

- (a) Impronúncia;
- (b) Pronúncia;
- (c) Absolvição Sumária;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

Direito Trabalhista

17. O empregado que for aposentado por invalidez terá:

- (a) Suspensão o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis da previdência social para a efetivação do benefício;
- (b) Suspensão o contrato de trabalho por 30 dias;
- (c) Suspensão o contrato de trabalho por 90 dias;
- (d) Suspensão o contrato de trabalho por prazo até 180 dias.

18. Ao empregado afastado do emprego, são asseguradas, por ocasião de sua volta:

- (a) Todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa;
- (b) Apenas parte dessas vantagens na medida em que permaneceu afastado da empresa;
- (c) Deve receber as vantagens concedidas exceto aumento salarial, eis que ausente da empresa;
- (d) Todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas, exceto os pedidos de férias.

19. A duração normal do trabalho efetivo para os empregados em minas no subsolo, não excederá de:

- (a) 8 horas diárias ou de quarenta e quatro semanais;
- (b) 6 horas diárias ou de trinta e seis semanais;
- (c) 4 horas diárias ou de trinta e seis semanais;
- (d) 4 horas diárias ou de quarenta e quatro semanais, incluindo sábado.

20. Nenhuma empresa poderá admitir a seu serviço, empregado estrangeiro, sem que exiba a:

- (a) Carteira de trabalho e previdência social;
- (b) Carteira de identidade de estrangeiro devidamente anotada;
- (c) Carteira de identidade expedida pelo Instituto Félix Pacheco;
- (d) Carteira de identidade expedida pelo Instituto Félix Pacheco e CPF.

21. Da Sentença julgando improcedente o pedido do autor, perante a Junta de Conciliação e Julgamento, cabe:

- (a) Recurso de Revista;
- (b) Agravo de Petição;
- (c) Recurso Ordinário;
- (d) Agravo de Instrumento.

22. O horário de trabalho dos operadores telegrafistas nas estações de tráfego intenso não excederá:

- (a) 8 horas diárias;
- (b) 44 horas semanais;
- (c) 6 horas diárias;
- (d) 4 horas diárias.

Direito Comercial

23. Nas sociedades por cotas de responsabilidade limitada, sem que o capital esteja totalmente integralizado, a responsabilidade do sócio é:

- (a) Solidária e ilimitada;
- (b) Limitada ao capital integralizado;
- (c) Limitada ao total do capital social;
- (d) Ilimitada.

24. O título de crédito que comporta declaração do principal devedor confirmando a exatidão do saque é:

- (a) Nota promissória;
- (b) Cheque;
- (c) Warrant;

(d) Letra de câmbio.

25. A compra e venda mercantil pura e simples aperfeiçoa-se:

- (a) Quando é pago o preço;
- (b) Quando é entregue a coisa;
- (c) Quando as partes acordam em relação a coisa e ao preço;
- (d) Quando o comprador se declara satisfeito com a coisa e paga o preço.

26. O termo legal da falência é:

- (a) Fixado pelo juiz;
- (b) Pedido pelo devedor;
- (c) Declarado pelo credor;
- (d) Lavrado pelo escrivão.

Direito Tributário

27. É vedado à União:

- (a) Instituir empréstimo compulsório;
- (b) Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído;
- (c) Cobrar taxas em razão do poder de polícia;
- (d) Instituir impostos sobre exportação de produtos nacionais.

28. Compete aos municípios instituir impostos sobre:

- (a) Propriedade de veículos automotores;
- (b) Doação;
- (c) Produtos industrializados;
- (d) Serviços de qualquer natureza.

29. Não extingue o crédito tributário:

- (a) A transação;
- (b) A prescrição e a decadência;
- (c) A decisão judicial ainda que não passada em julgado;
- (d) A compensação.

30. É correto afirmar que:

- (a) O crédito tributário não se sujeita ao processo de concordata preventiva;
- (b) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 10 anos contados da data da sua constituição definitiva;
- (c) O ajuizamento de ação declaratória suspende a exigibilidade do crédito tributário;
- (d) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei ou decreto como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Direito Internacional

31. Ao estrangeiro, com asilo diplomático no Brasil, que pretenda sair do nosso território, será concedido o seguinte documento de viagem pela

Secretaria de Polícia Federal:

- (a) "Laissez-passer";
- (b) Permissão de reingresso;
- (c) Título de nacionalidade;
- (d) Salvo-conduto.

32. As declarações de vontade, atos e leis de outro país só terão eficácia no Brasil se:

- (a) Forem homologadas pelo Supremo Tribunal Federal;
- (b) Não ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e aos bons costumes;
- (c) Forem ratificados pelo Congresso Nacional;
- (d) Estiverem fundamentados em protocolos elaborados pelo Ministério das Relações Exteriores.

33. O Brasil se utiliza dos institutos da Deportação, Expulsão e Extradicação para retirar coercitivamente o estrangeiro do seu território. Sobre este tema podemos afirmar que:

- (a) O estrangeiro casado com brasileira não poderá ser extraditado;
- (b) O estrangeiro que tiver filhos de nacionalidade brasileira sob sua dependência econômica poderá ser expulso;
- (c) A deportação só poderá ser efetuada após a publicação de decreto presidencial que autorize a aplicação da medida;
- (d) Todas as alternativas estão incorretas.

34. Qual das assertivas abaixo mencionadas discorre de maneira correta sobre o processo de Naturalização diante do ordenamento jurídico de nosso país?

- (a) O pedido de naturalização é dirigido a 1ª Vara da Justiça Federal do domicílio do naturalizado;
- (b) A naturalização ficará sem efeito, se o certificado não for solicitado pelo naturalizado no prazo de 12 (doze) meses contados da data de publicação do ato, salvo o motivo de força maior, devidamente comprovado;
- (c) O deferimento do pedido de naturalização é publicado no Diário Oficial da União através de Decreto Presidencial;
- (d) A naturalização extingue a responsabilidade civil ou penal a que o naturalizando estava anteriormente sujeito em qualquer outro país.

Direito Constitucional

35. Assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) O poder constituinte originário é soberano, inicial, ilimitado e incondicionado;
- (b) A limitação circunstancial ao poder de reforma constitucional inibe a que a Constituição Federal seja alterada diante da ocorrência de determinados eventos, como a decretação de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio;
- (c) Normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas que possuem aplicabilidade direta e imediata, com possibilidade, todavia, de terem o seu alcance reduzido por obra do legislador ordinário;
- (d) Normas materialmente constitucionais são aquelas que integram a estrutura fundamental do Estado, incluídas ou não no texto constitucional.

36. Constituem nota característica do Estado Federal brasileiro:

- (a) A centralização política, deferido ao Supremo Tribunal Federal o controle de constitucionalidade, por via de ação direta, de leis federais e estaduais em face da Constituição Federal;
- (b) A existência de órgãos apropriados para o controle de constitucionalidade, incumbindo aos Estados Federados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos federais, estaduais e municipais diante da Constituição Estadual;

(c) A descentralização política, a participação das vontades regionais, em face do bicameralismo, na formação da vontade nacional e a auto-organização dos Estados Federados através de Constituições próprias;

(d) A rigidez constitucional, a soberania dos Estados Federados e a atribuição de competências legislativas expressas e residuais, respectivamente, aos Estados Federados e aos Municípios.

37. No que tange ao controle de constitucionalidade:

(a) Podem propor a ação declaratória de inconstitucionalidade de lei federal ou estadual diante da Constituição Federal, o Presidente da República, a Mesa ou Comissão Permanente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou de Assembléia Legislativa, o Governador de Estado, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, confederação ou entidade de classe de âmbito nacional;

(b) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo federal ou estadual, citará, previamente, o Advogado-Geral da União que poderá pronunciar-se pela procedência ou improcedência do pedido;

(c) As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo estaduais;

(d) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

38. Com pertinência ao Poder Legislativo:

(a) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, enquanto o Senado compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional;

(b) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades policiais, além de outros, previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente;

(c) Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional poderá deliberar sobre toda e qualquer matéria;

(d) É de competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

39. Tendo em vista os remédios constitucionais:

(a) A ação popular pode ser ajuizada por pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira;

(b) Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

(c) O mandado de segurança pode ter o prazo de impetração de cento e vinte dias interrompido em razão de oferecimento de pedido de reconsideração.

(d) Conceder-se-á *habeas data* sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

40. O mandado de injunção, conforme previsto no texto constitucional:

(a) Será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

(b) Não autoriza o Poder Judiciário a suprir omissão legislativa ou regulamentar, editando ato normativo omitido, nem a ordenar, de imediato, ato concreto de satisfação do direito reclamado;

- (c) Objetiva a garantir o exercício de direitos fundamentais de qualquer espécie, através de ordem judicial, impedindo que a autoridade pública viole o texto constitucional;
- (d) Pode ser impetrado somente diante de normas constitucionais de eficácia plena ou auto-aplicáveis.

Direito Administrativo

41. O desfazimento do ato administrativo pode dar-se mediante:

- (a) Anulação ou revogação pelo Judiciário;
- (b) Revogação ou anulação apenas pela Administração;
- (c) Revogação ou anulação apenas pelo Judiciário;
- (d) Anulação ou revogação pela Administração.

42. Recente Emenda Constitucional, conhecida como da Reforma Administrativa, dispôs sobre os princípios da Administração Pública incluindo entre os anteriormente constitucionalizados o seguinte:

- (a) Impessoalidade;
- (b) Motivação;
- (c) Eficiência;
- (d) Razoabilidade.

43. O ato administrativo final, a cuja prática se endereça o procedimento administrativo da licitação e que antecede a formalização de um contrato administrativo, denomina-se:

- (a) Julgamento;
- (b) Adjudicação;
- (c) Homologação;
- (d) Liquidação.

44. O instrumento contratual de adoção obrigatória nos casos de licitação sob modalidade concorrência é a(o):

- (a) Carta-contrato;
- (b) Nota de empenho da despesa;
- (c) Autorização de compra;
- (d) Termo de contrato.

Deontologia Jurídica

45. Um advogado, regularmente inscrito na OAB-RJ, foi nomeado e empossado no cargo de Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Pergunta-se: Quanto ao exercício da advocacia e a OAB-RJ, como fica a situação daquele Advogado?

- (a) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo livremente a advocacia;
- (b) Continuará inscrito na OAB-RJ, ficando, porém, proibido de advogar apenas contra a Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro, que o remunera;
- (c) Terá sua inscrição na OAB-RJ cancelada e, por consequência, não poderá exercer a advocacia;
- (d) Será licenciado da advocacia, não podendo advogar apenas durante o tempo em que estiver ocupando o cargo de Presidente da Junta Comercial.

46. Convidado por um Cliente para ingressar num processo cível que tramita na 19ª. Vara Cível do Rio de Janeiro, em substituição ao Colega/Advogado que está funcionando naquele processo, o que Você faria?

- (a) Primeiramente, entraria em contacto com o Colega/Advogado e solicitaria um substabelecimento ou nova procuração e, por fim, examinaria os autos do processo para nele atuar;
- (b) Primeiramente, examinaria os autos do processo; a seguir, aceitando o convite, entraria em contato com o Colega/Advogado e solicitaria um substabelecimento ou sua renúncia ao mandato e, por fim, havendo a recusa do Colega/Advogado, o notificaria de sua destituição do mandato;
- (c) Primeiramente, aceitaria a procuração do Cliente; a seguir, entraria em contacto com o Colega/Advogado, comunicando-lhe a sua substituição no processo e solicitando a devolução dos documentos do Cliente;
- (d) Primeiramente, aceitaria a procuração do Cliente. A seguir, ingressaria nos autos daquele processo, requerendo a juntada da procuração e a notificação do Colega/Advogado de sua destituição do mandato.

47. Em que consiste o chamado *pacto de quota litis*?

- (a) É a contratação dos honorários advocatícios pela qual, só em caráter excepcional, se admite que o Advogado receba bens particulares do Cliente em pagamento de seus honorários;
- (b) É a contratação dos honorários advocatícios que só pode ser feita pelas sociedades de Advogados;
- (c) É a contratação dos honorários advocatícios pela qual o Advogado receberá, em pagamento de seus honorários, uma parte dos bens que forem objeto da lide;
- (d) É a contratação dos honorários advocatícios pela tabela estabelecida pela OAB.

48. O Advogado José da Silva contratou, por escrito, com o Inventariante do Espólio de Margarida Rosa Jardim, os honorários advocatícios de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) pelo patrocínio do respectivo processo de inventário. Concluído o seu trabalho profissional, José da Silva cobrou do Inventariante os honorários contratados, porém, este recusou-se a pagá-los.

Pergunta-se: Qual o meio judicial adequado para José da Silva receber os seus honorários?

- (a) A Ação de Cobrança, pelo Procedimento Ordinário;
- (b) A Ação de Cobrança, pelo Procedimento Sumário;
- (c) A Execução por Quantia Certa;
- (d) A Ação de Prestação de Contas.

49. Durante a sustentação oral numa audiência na 32ª. Vara Cível do Rio de Janeiro, o Advogado do autor caluniou o Advogado do réu. Sabendo-se que o Advogado goza de imunidade penal ou imunidade profissional, pergunta-se: o que pode acontecer com o Advogado do autor?

- (a) Ser advertido e, persistindo, ter a palavra cassada pelo Juiz da 32ª. Vara Cível; ser punido disciplinarmente pela OAB e ser punido criminalmente pela calúnia proferida;
- (b) Ser advertido e, persistindo, ter a palavra cassada pelo juiz da 32ª. Vara Cível, bem como ser punido disciplinarmente pela OAB, ficando, porém, imune à sanção penal;
- (c) Ser punido apenas disciplinarmente pela OAB;
- (d) Nada acontecer a ele, por estar protegido pela imunidade penal ou profissional.

50. Qual é a verdadeira natureza jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil?

- (a) É uma Associação de Classe, com personalidade jurídica própria;
- (b) É uma Autarquia, como tal definida em lei;

(c) É um Sindicato de Classe especial, com personalidade jurídica e forma federativa e que presta um serviço público de âmbito federal;

(d) É uma instituição *sui generis*, com personalidade jurídica e forma federativa, constituindo serviço público de âmbito federal.